



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1008976-71.2016.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Pessoas com deficiência**
Requerente: **Ivete Matos de Souza**
Requerido: **Ismar Souza de Carvalho e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

Ivete Matos de Souza ajuizou esta ação de obrigação de fazer cumulada com internação compulsória e pedido de antecipação dos efeitos da tutela contra Fazenda do Estado de São Paulo, Fazenda do Município de São Carlos e Ismar Souza de Carvalho. Aduz, em síntese, que seu filho Ismar faz uso de substâncias psicoativas desde os 23 anos e tem diagnóstico de esquizofrenia desde os 28 anos. Necessita de internação psiquiátrica. Pede seja a fazenda estadual condenada na obrigação de disponibilizar vaga em regime de internação, a fazenda municipal condenada na obrigação de remover o detento, e decretada a internação de Ismar.

A antecipação da tutela foi deferida.

Contestação da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, na qual discorre sobre a política pública de saúde mental, sustentando a adequação dos serviços oferecidos no tratamento dos drogaditos, devendo ser priorizados os serviços externos aos hospitais, com ênfase ao tratamento ambulatorial. Requer a improcedência do pedido.

Houve réplica.

Ismar foi internado na Unidade II da Clínica Recanto Renascer, na foi citado.

Foi nomeado Curador Especial que contestou a ação por negativa geral.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que caracterizada a hipótese do artigo 355, I, do Código de Processo Civil de 2015.

O pedido merece acolhimento.

A indicação para a internação compulsória vem confirmada pelo relatório existente

1008976-71.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE SÃO CARLOS
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

nos autos, fls. 51/53, tendo a ação respaldo no artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*.

Note-se que a medida foi prescrita por medica psiquiatra que atua no SUS.

Desta forma, é obrigatório o acolhimento do pedido inicial, com a manutenção da internação do correquerido Ismar, como forma de preservar seu direito à saúde, bem como a saúde e segurança de seus familiares e daqueles que a cercam.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, confirmada a tutela antecipada, para determinar a **MANUTENÇÃO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA** do requerido Ismar enquanto necessária.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de o autor ser assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça firmado entendimento no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora, sendo condenada a Fazenda Pública, entendimento este consolidado através da Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

Por outro lado, não há condenação do Município em honorários advocatícios, pois não resistiu ao pedido de remoção por qualquer modo, parecendo-nos que sequer haveria interesse de agir no ponto.

Os entes públicos requeridos são isentos de custas, na forma da lei.

Levante-se o depósito de fls. 114 em favor do Estado de São Paulo

P I

São Carlos, 10 de abril de 2017.